

GOVERNO

Presidente afirma que Política de Paridade Internacional, critério alegado pela empresa para aplicar reajustes aos combustíveis, não está amparada por lei. E defende que a empresa exerça um papel social em tempos de carestia alta

Bolsonaro: “PPI, só no Brasil”

» FERNANDA STRICKLAND

Em um domingo movimentado por Brasília, o presidente Jair Bolsonaro (PL) comentou as mudanças recentes em seu ministério e renovou as críticas à política de preços da Petrobras para os combustíveis. Além de participar de atos organizados por apoiadores, o chefe do Executivo visitou pontos populares da capital federal e respondeu a perguntas de jornalistas na Praça dos Três Poderes.

A respeito de uma possível troca na presidência da Petrobras, Bolsonaro mandou perguntar para o novo ministro de Minas e Energia, Adolfo Sachsida. “A Petrobras está ligada diretamente a ele e não comigo”, ressaltou o presidente. José Mauro Coelho assumiu o comando da estatal em 14 de abril.

Bolsonaro acrescentou que a política de preços adotada pela Petrobras pode ser alterada. “A Política de Paridade Internacional (PPI) não é uma lei, é uma resolução do conselho. Se o conselho achar que deve mudar, muda”, contou. “Mas não pode a população como um todo sofrer essa barbaridade, porque atrelado ao preço dos combustíveis está a inflação, e o poder aquisitivo da população está lá embaixo”, completou o presidente.

Segundo o chefe do Executivo, o governo não tem intenção de tabelar o preço do combustível nem de intervir na Petrobras. “O que eu acho que a Petrobras poderia fazer, tem um artigo constitucional que fala da finalidade social da Petrobras. Não está sendo levado em conta. A paridade internacional só existe no Brasil”, disse.

Bolsonaro voltou a criticar o lucro de R\$ 44,5 bilhões registrado no primeiro trimestre deste ano pela estatal. “As petrolíferas do mundo todo diminuíram a margem de lucro, já a Petrobras aumentou. O que eu apelei há duas quintas-feiras? Por favor, Petrobras, não quebre o Brasil. A margem de lucro deles é um estupro”, comentou.

Durante live realizada na última semana, Bolsonaro sinalizou que poderia fazer novas “mudanças de pessoas”, ao mencionar a companhia. Ontem,

EVARISTO SA / AFP



Bolsonaro pilotou jet ski no Lago Paranoá e comentou a inflação dos combustíveis: “Não pode a população sofrer essa barbaridade”

Início em 2016

O Preço de Paridade Internacional (PPI) é uma política de preços implementada em 2016, durante o governo do ex-presidente Michel Temer. O índice se baseia nos custos de importação, que incluem transporte e taxas portuárias como principais referências para o cálculo dos combustíveis.

porém, o presidente afirmou que a estatal está nas mãos de Sachsida, pois o ministro tem autonomia para fazer qualquer alteração na Petrobras. “E eu deixo bem claro que todos os meus ministros, sem exceção,

têm carta branca para fazer valer aquilo que achar melhor para o seu ministério”, disse.

“O Sachsida e todos os ministros, desde o início, tem carta branca sem exceção. Obviamente, qualquer mexida vai

conversar comigo. Mas confio 100% no Sachsida e tenho certeza de que ele será um bom ministro. Assim como o Bento (Albuquerque) foi. Mas, por uma questão pessoal, pediu para sair”, ressaltou Bolsonaro.

Em sua primeira coletiva de imprensa como ministro de Minas e Energia, Adolfo Sachsida afirmou que pediria estudos para a privatização da Petrobras e do pré-sal. Um dia após a declaração, o ministro da Economia, Paulo Guedes, anunciou

que daria andamento ao projeto. Em coletiva em frente ao Ministério da Economia, na quinta-feira, Sachsida disse que a primeira ação à frente da pasta seria a solicitação do estudo que visa o processo de desestatização da PPSA (Pré-Sal Petróleo S.A.) e da Petrobras.

“Espero levar, no período de tempo mais rápido possível, ao presidente da República, Jair Bolsonaro, para ele assinar esse decreto e libertar o povo brasileiro”, comentou Sachsida.

Nas águas da liberdade

Acompanhado pelo ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Luiz Eduardo Ramos, e pelo ex-ministro Walter Souza Braga Netto, o presidente Jair Bolsonaro (PL), tirou o dia para visitar locais conhecidos da capital federal. Uma das visitas foi à Feira dos Importados, o que atraiu muitos de seus apoiadores.

O chefe do Executivo também esteve em uma banca de frutas em frente ao Jardim Zoológico de Brasília e visitou na Feira do Guará. Pessoas que estavam na Ponte JK, aguardando a “Lanchaciata”, afirmaram que Bolsonaro também passou pela concessionária Harley-Davidson, na 510 Norte.

O presidente havia confirmado uma aparição no evento “Lanchaciata pela Liberdade no Brasil”, marcado para as 9h30 da manhã nas proximidades da Ponte JK. O evento começou com baixa adesão, mas a aglomeração de apoiadores aumentou ao longo do dia. No horário do evento, várias embarcações enfileiradas aguardavam o presidente.

Mesmo sem a aparição de Bolsonaro no horário previsto, os bolsonaristas confiavam na participação do presidente. “Não é o estilo dele não aparecer nas programações que ele [Bolsonaro] marca”, afirmou uma apoiadora, que não quis se identificar. Durante várias horas, apoiadores ficaram à espera do titular do Planalto.

No final do dia, Bolsonaro finalmente chegou. Ele pilotou uma moto náutica pelas águas do Lago Paranoá. Nesse momento, o cortejo teve adesão de aproximadamente 50 embarcações. Segundo organizadores, foram registradas ao longo do dia 100 embarcações, e a expectativa era de reunir mil pessoas.

REGRA ELEITORAL

Solução à vista para as candidaturas ao Senado

» VINICIUS DORIA

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) avalia uma questão que pode ampliar a quantidade de candidatos ao Senado Federal nas eleições de outubro e alterar de forma significativa os palanques eleitorais nos estados.

O deputado Delegado Wagner (União-GO) protocolou uma consulta à Corte para saber se os partidos podem apresentar candidatura ao Senado sem vínculo com possíveis coligações para o cargo de governador e vice-governador.

Caso essa possibilidade encontre abrigo na legislação eleitoral, um partido poderá se coligar a outro na eleição para o governo do estado e, se não houver acordo para uma candidatura única ao Senado, ambos poderão apresentar candidatos de forma isolada.

A consulta está na mesa do ministro Ricardo Lewandowski, que já tem parecer favorável da Procuradoria-Geral Eleitoral pela legalidade das candidaturas individuais. Não há prazo para que o ministro responda à consulta, mas a jurisprudência permite o lançamento de candidaturas ao Senado desvinculadas das coligações para governador.

Em uma resolução de 2010 no Tribunal Superior Eleitoral, ficou definida a possibilidade. Segundo

parecer do então ministro relator Hamilton Carvalhido, “partidos coligados para o cargo de governador podem lançar, isoladamente, candidatos ao Senado”. Ele ressalva, porém, que “não é possível a formação de coligação majoritária para o cargo de senador distinta da formada para o de governador, mesmo entre os partidos que a integrem”.

Para a advogada Gabriela Rollemberg, especialista em direito eleitoral, essa deve ser a posição do TSE diante da consulta feita pelo deputado Delegado Wagner. O que não significa que seja uma boa opção política.

“Politicamente, não acho adequado, sempre faz mais sentido ter uma chapa unificada. Mas, juridicamente, não tem problema”, disse ela.

Solução no DF

Uma decisão favorável do TSE pode ser a saída para as disputas por vaga nas chapas majoritárias, em que a dificuldade de composição em torno de um nome comum ao Senado acaba embarcando os acordos para formação das coligações formais ao governo local.

É o caso do Distrito Federal. O governador Ibaneis Rocha tentará a reeleição e costurou acordos com os partidos de centro e de direita para apoiar o presidente Jair

Fotos: Minervino Júnior/CB/D.A Press



Flávia Arruda e Damares Alves: se o TSE permitir candidaturas independentes ao Senado, Bolsonaro poderá ter dois palanques no Distrito Federal

Bolsonaro (PL-RJ) em outubro. Mas a disputa pela vaga ao Senado acirrou-se com as pré-candidaturas das ex-ministras Flávia Arruda (PL-DF) — que conta com o apoio de Ibaneis — e Damares Alves (Republicanos-DF), outro expoente do voto bolsonarista.

Caso o TSE autorize candidaturas isoladas, as duas poderiam lançar-se à única vaga em disputa, cada uma por seu respectivo partido. Bolsonaro teria, na capital do país, dois palanques para subir. Se a decisão do TSE for a de manter para o Senado a coligação para governador, uma das duas, provavelmente Damares, teria que desistir ou retirar o apoio formal da sua legenda à reeleição do governador.

A situação é semelhante à de

outros estados, em que articulações para a disputa do governo local esbarram na quantidade de pretendentes à vaga ao Senado. Em Pernambuco, por exemplo, a questão interessa à composição política que apoia o governo de Paulo Câmara (PSB) na chamada Frente Popular.

A vice-governadora, Luciana Santos (PCDoB), pleiteia a vaga ao Senado, assim como os deputados federais Carlos Veras (PT) e André de Paula (PSD), além da deputada estadual Teresa Leitão (PT). Uma decisão do TSE em favor das candidaturas múltiplas poderia abrir dois palanques diferentes no estado para o pré-candidato Luiz Inácio Lula da Silva, apoiado por todos.

A sobreposição de candidaturas à Câmara Alta que apoiam a

mesma candidatura para governador se repete no Rio de Janeiro, em Minas Gerais, em Goiás e outros estados, independentemente das alianças à esquerda ou à direita do espectro político.

Em Minas, a briga pela vaga na nominata ao Senado ameaça, inclusive, o palanque do ex-presidente Lula, que tenta atrair o PSD do ex-prefeito Alexandre Kalil, pré-candidato a governador. O PSD mineiro aposta na reeleição do senador Alexandre Silveira, mas o PT estadual insiste na pré-candidatura do deputado federal Reginaldo Lopes. Por causa da indefinição, Kalil — que já declarou publicamente que gostaria de apoiar Lula — não apareceu em nenhum dos compromissos do ex-presidente no estado, na semana passada.

A disputa pela Presidência serve de baliza para os arranjos estaduais e interessa diretamente aos candidatos ao cargo de governador. Nas negociações políticas, a vaga para a única cadeira em disputa no Senado é moeda valiosa para os presidenciáveis que buscam ampliar a base de apoio.

Mas, se o TSE liberar a desvinculação, o feitiço pode virar-se contra o feitiço: alojar múltiplas candidaturas do mesmo campo político ideológico arrisca dividir o eleitorado e beneficiar coligações opositoras organizadas em torno de uma candidatura única.

“Neste momento, quanto mais fortes forem as candidaturas no mesmo espectro político, melhor para os partidos”, concluiu Gabriela Rollemberg.

Geraldo Magela/Agência Senado

